

LINHA EQUINOCCIAL

B R A

# UM TEMPO HISTÓRICO PORTUGUÊS SOB ENFOQUE BRASILEIRO: bases para a compreensão dos antecedentes do Estado Novo

Francisco Carlos Palomanes Martinho

*Um reparo proçojo eu: em tão longo discurso, exclusivamente sobre  
matéria política, pouco se fala de liberdade, de democracia, de soberania  
do povo, e muito ao contrário, de ordem, de autoridade, de disciplina, de  
coördenação social, de Nação e de Estado. É certo, e ha-de confessar-se  
corajosamente, se nos dispomos a fazer alguma coisa de novo, que há palavras  
e conceitos gastos sobre os quais nada de sólido se pode edificar já.*

Oliveira Salazar – 1930

## INTRODUÇÃO

A instauração, em 1933, do Estado Novo português constitui um dos mais importantes capítulos na história do declínio dos sistemas democrático-representativos originários da profunda crise enfrentada pelas nações ocidentais no entre-guerras. Ao lado do declínio dos modelos de representação parlamentar, as décadas de 1920 e 1930 assistiram também, principalmente ao fim dos anos 20, ao esgarçamento dos sistemas econômicos caracterizados pelo liberalismo. Assim, o binômio antiliberalismo político/ antiliberalismo econômico constituiu-se na principal referência para a moldagem dos regimes que nasciam dos escombros das sociedades assentadas na democracia liberal.

Estas características comuns, entretanto, abriram espaço para uma série de interpretações que tenderam a considerar os diversos regimes, como sendo todos eles a expressão do nascente fascismo.<sup>1</sup> Este modelo

interpretativo, optou por escolher a mais importante das experiências anti-liberais desconsiderando as particularidades de cada experiência específica.

O presente artigo caminhará em um sentido inverso ao dos principais modelos interpretativos. Os problemas que levaram à crise da experiência republicano-liberal portuguesa inaugurada em 1910 decorrem, em larga medida, da chamada crise do pós-I Guerra Mundial. Mas, sobretudo, ela é consequência de raízes históricas que remontam à própria formação do Estado Nacional português. Os problemas advindos com a crise dos anos 20 e 30, na verdade, só fizeram renascer sentimentos há muito presentes na formação histórica do Estado português.

Procuraremos discutir as bases do anti-liberalismo português na I República, entendidas como suporte para a constituição do Estado Novo, a partir de dois importantes momentos. O primeiro, decorrente da inesperada instauração republicana e do primeiro alento anti-liberal pós-golpe de 1910, o breve consulado do General Sidónio Pais, de 1917 a 1918. O segundo, datado dos anos 20, com uma oposição unificada em torno da memória do ditador assassinado, e vivamente influenciada pelos movimentos anti-liberais ocorrentes na Europa, particularmente o fascismo. Da experiência europeia, assistiu-se em Portugal não apenas ao entusiasmo frente à possibilidade de se construir um novo regime, como também à necessidade de se buscar uma alternativa “tipicamente portuguesa.” A instauração da ditadura militar, com o golpe de 28 de maio de 1926, foi o momento de catarse dos diversos setores incomodados com uma república que em muito se distanciava das tradições portuguesas. Os desdobramentos posteriores ao golpe, que se afastam dos interesses do presente artigo, viriam a provar que nem todos aqueles que saudaram a ruptura com a I República, teriam espaço no sistema político que se instalaria a partir de então.<sup>2</sup>

Em uma primeira fase, sobressaíam-se as articulações anti-republicanas, saudosistas do sistema monárquico. Sobretudo, a resistência católica contra a excessiva laicização do novo regime. Uma fase, então, marcada pela tentativa de resgatar um recente passado. Em uma segunda fase, a oposição à I República ampliou seu leque, absorvendo novos sujeitos, influenciados pelos ventos europeus e, em parte, distantes da memória de um passado cada vez mais longínquo. Entre passado e futuro, moveu-se oposição portuguesa ao republicanismo liberal. O resultado desta tensão, procuraremos discutir neste breve artigo.

## 1 - DA INESPERADA REPÚBLICA AO RESTAURACIONISMO SIDONISTA

A instalação, em 1910, do regime republicano em Portugal, se deu em nome de projetos marcadamente laicos e liberais. Não por acaso, o primeiro governo provisório, de outubro de 1910 a setembro de 1911, promulgou a

separação da Igreja e do Estado, confiscou bens religiosos e perseguiu a imprensa católica.<sup>3</sup> O regime que se instaurava tinha, segundo importante estudioso do catolicismo português, o nítido intuito “de limitação da liberdade religiosa, de cerceamento do culto e de ingerência abusiva na vida da igreja.”<sup>4</sup> Apesar do nítido interesse em impor à Igreja uma derrota, o frágil republicanismo português assistiu a uma forte e intensa resistência católica, nomeadamente em círculos intelectuais. Logo em 1912, por exemplo, no Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, nascia a revista *O Imparcial*, cujos principais responsáveis eram o então professor e futuro Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, Oliveira Salazar, e o então padre e futuro Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Cerejeira. Outras revistas, igualmente em defesa da doutrina cristã, surgiram em cidades como Lisboa, Porto e Viseu.<sup>5</sup>

As sucessivas crises do republicanismo liberal português punham em questão a sua capacidade de implementar um projeto político de maior vulto. Neste quadro, diversos opositores se articularam no sentido de enfrentar o sistema liberal representativo e apresentar à sociedade portuguesa uma nova alternativa. Na maioria dos casos, a oposição se realizava sob um perfil marcadamente autoritário. O primeiro coroamento de tal processo se deu através do golpe liderado por Sidónio Pais, em 1917. Segundo Castro Leal, a influência do sidonismo para a história de Portugal diz respeito à modelação de estruturas autoritárias e da constituição de um bloco político alicerçado no Exército, no Comércio, na Indústria e em parcela da Intelectualidade.<sup>6</sup> Para António Ferro,<sup>7</sup> futuro diretor do SPN – Secretariado de Propaganda Nacional – durante o Estado Novo, a vitória do sidonismo representava uma verdadeira ruptura em um sentido revolucionário com as estruturas da “República Velha.”<sup>8</sup> O entusiasmo e a admiração de Ferro dão bem a dimensão da importância que teve o sidonismo no imaginário de importantes segmentos das elites intelectuais portuguesas. Em dezembro de 1918, entretanto, na Estação de Combóios do Rossio, Sidónio Pais seria assassinado. Apesar do curto período em que esteve no poder, um ano, a memória de Sidónio Pais, e do que veio a se chamar sidonismo, permaneceu viva como suporte ideológico e como referência política por parte dos principais segmentos do autoritarismo português.

Contribui, para tanto, o desfecho do conflito mundial. Em um nível mais amplo, em virtude da nova configuração adquirida pelas sociedades contemporâneas a partir de 1918. No âmbito interno, em decorrência da situação portuguesa pós-guerra. Quanto ao primeiro aspecto, do novo quadro mundial, a Europa assistiu a um processo de lenta decadência e perda de importância frente aos Estados Unidos que passava a deter, a partir daquele momento, da hegemonia no mundo capitalista. Os modelos

autoritários que se ampliaram nos anos 20 foram, portanto, reações à vitória do americanismo. Como diz Castro Leal, consolida-se uma *idéia de renascimento* vinculada a movimentos políticos detentores de projetos de tipo *autoritário*.<sup>9</sup> Neste quadro, se inseriam tanto o fascismo italiano, quanto todos os demais movimentos nacionalistas e anti-liberais, independente de terem ou não se transformado em regimes políticos. Ainda no quadro internacional do pós-guerra, não se deve esquecer da vitória da Revolução Russa, fator de fundamental importância para o fomento de ideologias de tipo autoritário e contra-revolucionário em toda a Europa do entre-guerras.<sup>10</sup>

Mas, para além das condições internacionais, favoráveis à vitória de movimentos de tipo autoritário-nacionalista em quase toda a Europa, há fatores de ordem interna que induziram Portugal a uma gradativa adesão a movimentos e projetos políticos anti-liberais. O primeiro destes fatores, de caráter mais longo, é a própria tradição portuguesa. Na história portuguesa, momento marcante foi o seu papel, ao lado da Espanha, na construção de um extenso mundo colonial que se realizava em nome dos interesses do Estado Nacional. Portugal e Espanha tinham, como sabemos, características muito próximas. Tanto na natureza de seu Estado Absolutista Católico, como também nos projetos do ultramar. A otimização do Estado, portanto, constituiu-se em um forte argumento de resistência contra o liberalismo que se organizava fundamentalmente não a partir do Estado, mas a partir da sociedade civil.<sup>11</sup> A manutenção de um Estado forte e interventor significava a permanência dos interesses tradicionais do Antigo Regime: a terra, a autoridade suprema do Monarca e, sobretudo, a pouca importância atribuída às possibilidades de organização em caráter individual. Claro que os Estados Absolutistas moviam-se de modo a garantir a permanência dos interesses dos chamados “corpos intermédios,” como dizia Montesquieu. Estes, ao mesmo tempo que garantiam legitimidade ao Estado, obtinham também algum espaço de autonomia. O absolutismo monárquico, portanto, realizava-se em nome da unidade dos diversos corpos que, muitas vezes, tinham interesses conflituosos.<sup>12</sup>

O segundo problema, de caráter também endógeno, embora conjuntural, merece referência. Trata-se do “mal-estar” provocado na sociedade portuguesa do pós-I Guerra. Vivia Portugal, de fato, uma situação no mínimo paradoxal. Apesar de, em virtude de suas alianças históricas com a Inglaterra, ter participado ao lado dos vencedores no conflito, nenhuma vantagem material havia sido concedida aos portugueses.<sup>13</sup> Portanto, Portugal encontrava-se na constrangedora situação de país vencedor que saía perdendo na Guerra e, em virtude dos resultados do conflito, sem condições de pedir reparações por sua participação. Natural, portanto, que o sentimento anti-liberal aflorasse neste período de frustrados sentimentos.

Pior que a desestabilização econômica ou política no nível interno, para setores das elites políticas nacionalistas, era o medo diante do chamado “perigo espanhol.” No entanto, mais que real, o medo frente a uma anexação espanhola sobre Portugal – uma nova “União Ibérica” – era bastante fictícia, fruto de uma paranóia contraída pela profunda crise de confiança que atravessava a sociedade portuguesa do pós-guerra. A maior parcela dos discursos acerca do “perigo espanhol” se encontram na imprensa nacionalista, interessada na desestabilização do regime democrático-liberal.<sup>14</sup>

A mobilização em torno do combate à democracia liberal, se dava a partir de bases bastante sólidas, que se remetiam tanto a um passado longínquo como às frustrações vivenciadas na primeira experiência republicana. Porém, mais importante que as tentativas de organização de espaços políticos, era a própria evolução do pensamento conservador português durante os anos 20. Neste campo, além do conservadorismo de matriz sidonista, várias outras correntes autoritárias se apresentaram como alternativa política à crise portuguesa. Do fascismo ao nacionalismo conservador católico, conforme se verá, tendeu a prevalecer, entre as correntes autoritárias em Portugal, a idéia de uma saída “tipicamente portuguesa.” Ao mesmo tempo, o surgimento de diversas correntes anti-liberais, fragilizou o desejo de um *restauracionismo* monárquico.

## 2 - OS ANOS 20 – A MOBILIZAÇÃO DOS DIVERSOS PROJETOS ANTI-LIBERAIS

O fascismo, por certo, constitui um movimento que, opondo-se à República Liberal, não conseguiu enquadrar-se na Ditadura Militar implantada em 1926, ainda que, circunstancialmente, a tenha apoiado. Assim como o antecedente do fascismo foi a *Action Française*<sup>15</sup> das primeiras décadas do século, também para o caso português, encontramos antecedentes do fascismo durante toda a I República. A mais importante influência recebida pelos fascistas portugueses foi o Integralismo Lusitano.<sup>16</sup> Este, por seu turno, na busca da fundamentação de um nacionalismo conservador português, esteve profundamente marcado pela experiência da *Action*. Do ponto de vista doutrinário, o IL buscou no passado medieval, a justificativa para o combate a um liberalismo que, nascido no século XIX, seria estranho às tradições portuguesas<sup>17</sup>.

Assiste-se aqui, a uma *tradição inventada*,<sup>18</sup> no sentido de que o passado era resgatado a fim de que se pudesse construir um presente dotado de organicidade e respaldo. Note-se que, no caso específico, a memória restaurada, *reinventada*, era a do Estado e de seu chefe, o Monarca Absoluto. Quanto às lideranças do Integralismo Lusitano, destacava-se o nome de

Rolão Preto. Jovem monarquista exilado, transformou-se, nos anos 20 e 30, na mais importante figura do fascismo português.

Nos anos 20, em particular a partir de 1922, os integralistas lusitanos acompanharam, com entusiasmo, a escalada do fascismo italiano. Rolão Preto, entretanto, era pessimista quanto à possibilidade de se organizar um movimento idêntico àquele liderado por Benito Mussolini. Prevalciam, como quer a ideologia nacionalista, as necessidades de compreensão da realidade específica de Portugal.<sup>19</sup> Mas, desde a *Marcha sobre Roma*, em 1922, a direita portuguesa teve seus olhos voltados com profundo otimismo para o fascismo italiano. Rolão Preto, afirmando o caráter legitimamente subversivo e fora da lei deste movimento, afirmava, desta forma, seu perfil de novidade e revolucionarismo. Para o principal líder do fascismo português, o método violento do fascismo, era o único capaz de combater com eficiência o anti-nacionalismo e o bolchevismo.<sup>20</sup>

Mas não era apenas aos declaradamente fascistas que o movimento liderado por Mussolini encantava. António Ferro, em suas famosas viagens a entrevistar líderes autoritários durante os anos 20, também se sentiu fortemente atraído pela “obra” mussoliniana. Em 1923, ano II da “era Mussolini,” Ferro entrevistou pela primeira vez o *Duce*. Além desta, houve outras duas entrevistas, respectivamente em 1926 e em 1934. Para Ferro, Mussolini apresentava projetos definidos: “expressão original italiana, restituição das tradições perdidas, governo de ditadura, hierarquia, esvaziamento do parlamento, corporativismo, latinidade.” Em todas as entrevistas, a intenção de Ferro era apontar a necessidade de um líder com as mesmas características que as de Mussolini: chefe severo, lacônico e autoritário, com perfil dominador e firme.<sup>21</sup>

Ainda em 1923, os nacionalistas portugueses da Acção Nacionalista, no jornal *Portugal*, publicaram uma saudação ao nacionalismo italiano, apontando para a decadência do liberalismo e das lutas políticas em favor do nascimento fecundo das ditaduras nacionalistas.<sup>22</sup> Assim, um “novo,” em detrimento do “velho” regime começava a surgir. Para Ferro, Mussolini representava, então, “o grande mestre da política moderna.”<sup>23</sup> Entretanto, assim como os fascistas, Ferro buscou um caminho autenticamente português.<sup>24</sup>

Três características foram marcadamente importantes, tanto na concepção de António Ferro, um dos principais ideólogos do salazarismo, como na de Rolão Preto. A primeira delas era o fascínio pela autoridade do Chefe de Estado, que, tanto se manifestava no resgate da figura de D. Miguel, como na atração por Mussolini. Restava aqui, a necessidade de se encontrar um “verdadeiro” líder nacionalista para Portugal. Desta

necessidade, fascistas e futuros salazaristas concordavam. Só não concordavam na definição de *quem seria* este futuro líder.

A segunda característica era a busca da tradição e do passado legitimador. Neste caso, o elemento que coesionava e justificava a ação política, era uma história particular. O ódio ao liberalismo e ao bolchevismo se explicavam, assim, pela herança de ambos frênte ao Iluminismo e seus valores “universalistas.” Durante toda a construção da ideologia salazarista, assistiu-se ao resgate da “verdadeira” história de Portugal. História essa que, dado o peso da Igreja Católica e do Estado Nacional Absoluto, em seus mais variados aspectos se distanciava da tradição liberal.

A terceira era a defesa da violência, desde que para fins “positivos.” A subversão da ordem liberal seria, nesta concepção, a última das violências. A partir daí, o tempo dos conflitos e da luta terminaria em favor do “interesse nacional,” o único a coesionar a todos.

Apesar das diversas correntes anti-liberais, a mais importante contribuição no sentido de uma institucionalização do novo regime veio, seguramente, do conservadorismo católico. O pensamento conservador católico em Portugal, embora marcado por especificidades nacionais, como o fascismo, também sofreu a influência de acontecimentos externos. No final do século XIX, a *Encíclica Rerum Novarum* surgia como a primeira intervenção da Igreja nas questões de ordem social. A *Rerum Novarum* propunha um modelo de organização social que se apresentava ao mesmo tempo como uma alternativa tanto ao liberalismo desagregador e responsável pelas desigualdades sociais, quanto ao socialismo ateu e propagador do conflito de classes. O caminho a ser adotado seria o do resgate dos valores medievais. Da organização por ofícios, em caráter familiar. De proteção e de autoridade, ao mesmo tempo. O “ponto final” desta ordem seria o Estado, dotado de poderes para intervir em nome do “bem comum.”

Aos valores “universalistas” do liberalismo, o pensamento católico português produziu, a seu modo, um “nacionalismo católico” opositor tanto ao universalismo imperialista quanto ao internacionalismo proletário.<sup>25</sup> Porém, conforme aponta Braga da Cruz, os democrata-cristãos não chegaram a obter uma forte expressão popular. Ao mesmo tempo, não ultrapassaram o campo estritamente doutrinal e de afirmação de princípios.<sup>26</sup>

Talvez a pouca capacidade de mobilização, olhando retrospectivamente a história portuguesa, não constituísse em si um grande problema. A rigor, em se tratando de um movimento de elites políticas que visavam alternativas, sobretudo, a partir de cima, a mobilização social era, possivelmente, o lado menos importante da questão. Mais importante talvez tenha sido a consolidação de um corpo doutrinal católico que se definia como opositor do liberalismo e de suas conseqüências no momento da institucionalização do Estado Novo.

Uma das bases de sustentação do catolicismo português foi o meio acadêmico. Universidades como as de Coimbra e do Porto constituíram-se em centros divulgadores do pensamento católico, com revistas, jornais e também uma forte intervenção política. As preocupações sociais dos católicos conviveram sempre com a repulsa à democracia e ao liberalismo. Mas não deixarão de existir, constituindo-se em um forte pilar de sustentação e de apoio – por certo o mais importante – ao regime Salazarista. De acordo com o jornal dos sindicatos católicos da Covilhã, *Voz dos Trabalhadores*, o contato permanente entre patrões e empregados, levado a bom termo, poderia vir a tornar “dispensável o recurso à greve.”<sup>27</sup> Assim como o salazarismo, seu projeto consubstanciava-se em uma alternativa inter-classista, destinada à harmonização dos interesses entre os diversos segmentos sociais.

A chamada “questão democrática” não passava despercebida pelos articulistas do pensamento católico português. Longe de a negarem, defendiam uma *outra* forma de democracia. Não, uma democracia limitada à “tirania do número,” como nos sistemas parlamentares. Tampouco uma democracia submetida ao “nivelamento absoluto da sociedade humana.” A nova democracia seria aquela constituída a partir da adaptação das antigas agremiações medievais, “em harmonia com as modernas condições sociais.”<sup>28</sup>

De qualquer modo, fica evidente o sentido de oposição às duas principais heranças do pensamento iluminista, o liberalismo e o socialismo, além da defesa de um projeto de “harmonia social” a partir da constituição de uma ordem corporativa. E é exatamente isto que pretenderam fazer as elites políticas que se consolidaram a partir da hegemonia salazarista que se constituiu por dentro da ditadura militar implantada em 1926. Não por acaso, em discurso datado de 1930 e posto como epígrafe no presente trabalho, a edificação do “novo tempo” que se pretendia, não incorporava as palavras liberdade, democracia e soberania popular. Estas haviam se esvaziado e perdido espaço para a disciplina, a Nação e o Estado.

#### CONCLUSÃO

As dificuldades vividas em Portugal durante sua I República diziam respeito a uma formação histórica que em muito se distanciou dos modelos democrático-liberais advindos dos valores iluministas do final do século XVIII. Ao contrário, portanto, dos projetos políticos amparados nos modelos francês ou inglês, Portugal procurou manter, como elemento unificador de seu projeto nacional, a tradição por ele inaugurada desde a formação dos Estados Modernos e, mais particularmente, desde a Restauração, entendida



como o momento do *renascer* da Pátria portuguesa. Por este motivo, Portugal cumpriu um importante papel na preservação e até mesmo defesa da fé católica diante da modernidade protestante. Ao mesmo tempo, constituiu como pilar básico para sua unidade nacional, a permanência de sistemas agrários tradicionais. Desta forma, o tripé “Deus, Pátria, Família” tantas vezes alardeado pelo salazarismo, nada mais foi que uma continuação das formas de representação cultural presentes na história da Nação portuguesa.

A República instalada em 1910, na perspectiva de seus oponentes, representava a ruptura com o passado histórico de Portugal. Era ela a expressão da anti-nação, com todos os derivados possíveis (maçonaria, anti-clericalismo, laicização do Estado etc.). Assim, a necessidade de uma nova ruptura. Primeiramente, em um sentido restauracionista. O compromisso original dos primeiros movimentos opositores do liberalismo republicano, principalmente aquele de matiz católica, foi no sentido de garantir o retorno ao passado monárquico.

Entretanto, principalmente após a breve ditadura de Sidónio Pais, novos agentes surgiram na perspectiva de oposição a um liberalismo em crise em toda a Europa. Em meio a segmentos militares, industriais e da própria intelectualidade portuguesa, o mal-estar provocado pela democracia republicana, ao invés de fazer gerar um sentimento de restauração, impôs um projeto (ou projetos) de instalação de uma “Nova República.” Portanto, no lugar do passado, o futuro. Assim, as bases oposicionistas da Primeira República, vitoriosas em 1926, mesclavam sentimentos de retorno a um passado, a uma tradição, com sentimentos vocacionados para o futuro, para a construção de um “novo” momento na História de Portugal.

Vale dizer, por fim, que o projeto efetivamente vitorioso no pós-1926 nasceu daqueles que souberam unificar passado e futuro, não pensando um e outro sentimento como excludentes, mas tendo a consciência de que eram, na prática, complementares. Esta complementaridade encontra-se exatamente na noção de uma nova democracia. Não mais a velha e ultrapassada democracia dos conflitos, hiato entre um passado a ser resgatado e um futuro a se construir. O novo momento seria aquele dominado pela idéia de democracia orgânica, “de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de Nação e de Estado.”

## Bibliografia

- BRAGA DA CRUZ, Manuel. *O integralismo lusitano nas origens do salazarismo*. In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Vol. XVIII (70), 1982 - 1º, 137-182.
- \_\_\_\_\_. *As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I)*. In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: vol. XIV, 1978/2º.
- \_\_\_\_\_. *Manuel. O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- COSTA PINTO, António. *O Salazarismo e o fascismo europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal - 1914/1945*. Lisboa: Estampa, 1994.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Do "perigo espanhol" à amizade insular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Estampa, 1985.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o Breve Século XX (1914/1991)* SP: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER Terence. *A invenção das tradições*. (Orgs.). SP: Paz e Terra, 1984.
- LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Volume I: O Salazarismo. Lisboa: Perspectivas e realidades, 1976.
- PASCHKES, Maria Luisa. *A ditadura salazarista*. SP: Brasiliense (Col. Tudo é história, nº. 106), 1985.
- PAULO, Heloísa. FERRO, António Joaquim Tavares. In: ROSAS, F. & BRANDÃO de BRITO, J. M. *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I: A-L. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 355/357.
- SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2ª Ed. Lisboa, Horizonte Universitário, 1977.
- STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; & ASHÉRI, Maïa. *Nascimento da ideologia fascista*. Venda Nova, Bertrand, 1995.

## Notas

- <sup>1</sup> Para o caso português, objeto específico do presente artigo, a mais importante interpretação no sentido de identificar o Estado Novo como sendo um regime fascista, é a de Manuel de Lucena. LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Volume I: O Salazarismo. Lisboa, Perspectivas e realidades, 1976. Sobre as diversas interpretações em torno do salazarismo, ver: COSTA PINTO, António. *O Salazarismo e o fascismo europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa, Estampa, 1992.
- <sup>2</sup> COSTA PINTO, António. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914/1945*. Lisboa, Estampa, 1994, pp. 67/92.
- <sup>3</sup> PASCHKES, Maria Luisa. *A ditadura salazarista*. SP, Brasiliense (Col. Tudo é história, n.º. 106), 1985, p. 9.
- <sup>4</sup> BRAGA DA CRUZ, Manuel. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa, Bizâncio, 1998, p. 13.
- <sup>5</sup> PASCHKES, Maria Luisa, Ibid.
- <sup>6</sup> LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*. Lisboa, Cosmos, 1994, p. 97.
- <sup>7</sup> FERRO, António Joaquim Tavares (1895-1956). Um dos nomes mais importantes da política cultural do Estado Novo, tendo sido diretor do Secretariado de Propaganda Nacional. Jornalista por vocação, jamais concluiu o curso de Direito, iniciado em 1913. Era também poeta e ensaísta. Antes do Estado Novo, Ferro já era um dos mais importantes personagens das letras portuguesas. Modernista, ativo e brilhante intelectual, defendia um Estado Intervencionista, protetor das artes. Adversário da democracia, destacou-se como propagador do pensamento anti-liberal nos anos 20. Antes, já havia se entusiasmado com o breve período do sidonismo em Portugal. Apesar da frustração com o assassinato de Sidónio, Ferro nunca deixou arrefecer o seu entusiasmo pelo autoritarismo. Assim, na década de 20, entrevistou diversos expoentes do autoritarismo e anti-liberalismo europeu: Gabrielle D'Anunzio, Primo de Rivera, Mustapha Kemal, Benito Mussolini e outros. Em 1932 publica, no jornal *Diário de Notícias* uma longa entrevista com Salazar, publicada logo a seguir em livro e utilizada como fonte de propaganda do regime. No SPN, constituiu-se no principal elaborador da política de propaganda do Estado Novo. Cf. PAULO, Heloísa. FERRO, António Joaquim Tavares. In: ROSAS, F. & BRANDÃO de BRITO, J. M. *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume I: A-L. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 355/357.
- <sup>8</sup> Ibid., p. 45.
- <sup>9</sup> LEAL, Ernesto Castro. Ibid. p. 157.
- <sup>10</sup> Ibid., p. 158. V. também: HÖBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o Breve Século XX (1914/1991)*. SP, Companhia das Letras, 1995, Cap.4: "A queda do liberalismo," pp. 113/143.
- <sup>11</sup> Sobre a recusa de Portugal ante o liberalismo no século XIX, ver: SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2ª Ed. Lisboa, Horizonte Universitário, 1977, Cap. "Portugal perante a política francesa," pp. 33/78.
- <sup>12</sup> HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 297/307.
- <sup>13</sup> GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Do "perigo espanhol" à amizade insular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa, Estampa, 1985, p. 27.
- <sup>14</sup> Ibid., pp. 81/85.
- <sup>15</sup> STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; & ASHÉRI, Maia. *Nascimento da ideologia fascista*. Venda Nova, Bertrand, 1995, pp. 145/205.

- <sup>16</sup> PINTO, António Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal • 1914-1945*. Lisboa, Estampa, 1994 (Ver principalmente Cap. I – “As origens do fascismo português, pp. 23/92). Ver também: CRUZ, Manuel Braga da. “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo.” In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Vol. XVIII (70), 1982 - 1º, 137-182.
- <sup>17</sup> PINTO, António Costa. *Ibid.*, p. 25.
- <sup>18</sup> Cf. HOBSBAUM, Eric & RANGER Terence. *A invenção das tradições*. (Orgs). SP, Paz e Terra, 1984.
- <sup>19</sup> PINTO, A. C. *Ibid.*, pp. 50/51.
- <sup>20</sup> Cit. por PINTO. *Ibid.* p. 49.
- <sup>21</sup> LEAL, Ernesto Castro. *Ibid.* p. 55.
- <sup>22</sup> Cit. por LEAL. *Cit.* p. 56.
- <sup>23</sup> *Ibid.*
- <sup>24</sup> Cit. p. LEAL. *Ibid.* p. 48.
- <sup>25</sup> BRAGA DA CRUZ, Manuel. “As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I).” In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, vol. XIV, 1978/2º, p. 267.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, pp. 268/269.
- <sup>27</sup> Citado por PATRIARCA, F. *Cit.* p. 266.
- <sup>28</sup> *Estudos Sociais*, Ago/Dez, 1910. *Cit.* p. *Ibid.*, p. 559.